

Proc. _____
ENT 1128/SG/DAOSM/GAAM/ 18
DATA 28 03 /2018
Luis Rosa



R. A.

Parecer

Relativo à Proposta n.º 105/CM/2018 que visa

"Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de duas parcelas de terreno junto ao Interface da Gare do Oriente."

1 – Nota Introdutória

Através da Proposta n.º 105/CM/2018, subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, a Câmara Municipal de Lisboa, deliberou, por unanimidade, em reunião realizada a 15 de Março de 2018, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:

- A desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de duas parcelas de terreno junto ao Interface da Gare do Oriente, com as áreas de 2.247,78m² e 1.966,25m², identificadas respetivamente, com as letras A e B, a cor rosa na Planta n.º 18/007/DMGP e às quais se atribui, apenas para efeitos meramente fiscais, o valor de 11.238,90 € (onze mil duzentos e trinta e oito euros e noventa centímetros) e de 9.831,25 € (nove mil oitocentos e trinta e um euros e vinte e cinco centímetros), resultante de um valor simbólico de 5,00 €/m² de terreno.

A proposta não mereceu qualquer intervenção na referida reunião de Câmara Municipal.

Por despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, foi a proposta remetida à 1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa, a fim de ser apreciada e objecto de emissão de parecer, nos termos do artigo 76.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa.

2 – Considerandos

2.1 – Enquadramento fáctico e antecedentes

A reconversão urbanística da área afecta à realização da Exposição Mundial de Lisboa, de 1998, EXPO'98, transformou a zona oriental da cidade, marginal ao rio, num conjunto de operações complexas que implicaram a rápida transformação fundiária e predial do

património imobiliário local. De entre as operações urbanísticas realizadas à época, foi edificada a Gare Oriente, destinada a servir os serviços de transporte ferroviários.

Subsistem actualmente algumas discrepâncias entre a titularidade de solos e a sua afectação e utilização, situações que têm vindo a ser regularizadas, designadamente a descrita na Proposta, que tem que ver como solos onde se encontra implantada a Gare Oriente, identificadas na Planta n.º 18/007/DMGP pelas letras A e B, integravam o domínio público municipal não tendo sido oportunamente promovida a sua desafetação do domínio público para o domínio privado municipal.

2.2 – Enquadramento jurídico

O domínio público encontra-se directamente fundado no artigo 84.º da Constituição da República Portuguesa, sendo certo que o domínio público pode ser do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais (artigo 84.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa).

Pese embora a proposta anunciar uma desafetação do domínio público do Município de Lisboa para o domínio privado do Município de Lisboa, visando – ainda que de forma não expressamente reconhecida na Proposta - uma posterior alienação das parcelas à entidade detentora da Gare do Oriente, a verdade é que a desafetação originará a integração das parcelas no domínio público do Estado.

Com efeito, determina o artigo 84.º, n.º 1, alínea e) da Constituição da República Portuguesa que as linhas férreas nacionais integram o domínio público do Estado. Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro, integram o domínio público ferroviário “as linhas férreas e ramais que constituem a rede ferroviária nacional” - artigo 1.º, n.º 1, alínea a) – e “os edifícios das estações e dos apeadeiros” - artigo 1.º, n.º 1, alínea e). Os bens do domínio público ferroviário, pertencem, em princípio ao domínio público do Estado (artigo 6.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro).

Assim, e considerando o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, sempre se poderia e deveria ter optado pelo recurso à figura da mutação dominial subjectiva, prevista no artigo 24.º, que estabelece que “a titularidade dos imóveis do domínio público pode ser transferida, por lei, acto ou contrato administrativo, para a titularidade de outra pessoa colectiva pública territorial a fim de os imóveis serem afectados a fins integrados nas suas atribuições, nos termos previstos no Código das Expropriações”, em vez de, como no presente caso, se optar pela sua mera desafetação do domínio público do Município de Lisboa, nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto (sublinhando-se que nem esta norma foi invocada na proposta).

No entanto, o efeito prático será o mesmo, considerando o que se disse supra relativamente à integração das parcelas a desafectar do domínio público do Município de Lisboa no domínio público ferroviário do Estado.

3 – Opinião das forças políticas representadas e do relator

As restantes forças políticas representadas na 1.ª Comissão Permanente, bem como o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

4 - Conclusões

A Assembleia Municipal é competente para a apreciação da proposta, encontrando-se a mesma em condições de ser discutida e votada pelo Plenário.

5 – Anexos

Na opinião do Deputado Municipal Relator não se afigura necessário juntar quaisquer anexos ao presente relatório, nem tal foi solicitado por qualquer força política representada na 1.ª Comissão Permanente.

O presente parecer foi aprovado por Unanimidade.

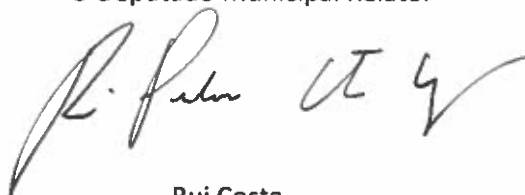
Lisboa, 28 de Março de 2018

A Presidente da 1.ª Comissão Permanente



Maria Irene Lopes

O Deputado Municipal Relator



Rui Costa